

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa  
Grupo de Trabalho – Conta Base e condições dos contratos de crédito [PJL 52/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP),  
83/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 90/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) e 92/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP)]

---

**SÍNTESE 1/XIII/1.<sup>a</sup> SL**

Aos 26 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu o Grupo de Trabalho – Conta Base e condições dos contratos de crédito [PJL 52/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), 83/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 90/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) e 92/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP)], na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados Carlos Silva (PSD) – Coordenador do Grupo de Trabalho -, Eurico Brilhante Dias (PS), Ana Passos (PS), Paulino Ascenção (BE), Cecília Meireles (CDS-PP), e Miguel Tiago (PCP), tendo como Ordem do Dia:

**1. Definição da metodologia para apreciação e discussão das várias iniciativas relativas à matéria objeto do Grupo de Trabalho – Contas base.**

**2. Outros Assuntos.**

O Coordenador do GT, Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), efetuou uma introdução inicial, notando que é necessário definir as entidades cuja audição se realizará e a sequência dessas audições. Lembrou que é necessário ouvir a Comissão de Avaliação do regime extraordinário de proteção dos devedores de crédito à habitação, em conjunto com o GT sobre penhoras de imóveis, e que, como tal, não será possível chegar hoje a uma data para apresentação de propostas de alteração.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) sugeriu convidar para audições o Banco de Portugal, a APB, a DECO e a SEFIN, fixando-se prazo para apresentação de propostas de alteração após a realização das audições. O Senhor Deputado Paulino Ascenção (BE) declarou não ter qualquer outra entidade a acrescentar e o Coordenador do GT, Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), acrescentou a Direção-Geral do Consumo.

Propôs que fossem já efetuados contactos com a DECO e a SEFIN para verificar se estariam disponíveis para a próxima 3.<sup>a</sup> feira, dia 2 de fevereiro.

Foi deliberado que as entidades que protegem os interesses dos consumidores seriam ouvidas antes das entidades representantes da perspectiva dos bancos.

Não tendo sido suscitados outros assuntos, a reunião foi encerrada pelas 10:55 horas, dela se tendo lavrado a presente síntese.

Palácio de São Bento, 26 de janeiro de 2016.